

Despacho n.º 13 190/2007

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 108/91, de 17 de Agosto, do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 90/92, de 21 de Maio, dos n.ºs 3 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 247/85, de 12 de Julho, designo, por urgente conveniência de serviço, a técnica supe-

riora assessora do quadro de pessoal do IEF Ana Maria Pestana Tonilhas da Silva Morão para exercer, em regime de requisição, ao Instituto do Emprego e Formação Profissional as funções de consultora do meu serviço de apoio, com efeitos a 1 de Maio de 2007.

30 de Abril de 2007. — O Presidente, *Alfredo Bruto da Costa*.

**PARTE C****PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

Gabinete da Coordenadora da Unidade
de Coordenação da Modernização Administrativa

Despacho n.º 13 191/2007

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 10.º da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 201/2006, de 27 de Outubro, e nos termos do n.º 2 do artigo 2.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, em comissão de serviço, a mestre em Direito Catarina Teresa Rola Sarmiento Castro para exercer as funções de conselheira técnica do meu Gabinete, no âmbito do Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa.

2 — A nomeada é, para todos os efeitos, equiparada a adjunta, de acordo com o previsto no referido n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, ficando autorizada a exercer as actividades a que se refere a alínea *a*) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, bem como actividades de consultadoria no âmbito da respectiva especialidade profissional, nos termos definidos na alínea *b*) do mesmo preceito legal.

3 — A presente nomeação produz efeitos desde 2 de Abril de 2007.

30 de Março de 2007. — A Coordenadora, *Maria Manuel Leitão Marques*.

Inspecção-Geral da Administração do Território**Despacho (extracto) n.º 13 192/2007**

Por despacho do inspector-geral da Administração do Território de 29 de Maio de 2007, os licenciados Maria Flora Veríssimo da Encarnação Almeida, Emília Cristina Machado Henriques Monteiro, Mário Rui Ferreira Tavares da Silva, Paulo José Teixeira Gonçalves Lage, Carla Maria Duarte Filipe, Maria Helena Ferreira Lopes Carrapiço, Anabela Marques de Bastos, Ana Maria Ferreira Firmino, Fernando Erico Rodrigues Martins, Ernesto António Barros Domingues Souto, Sara Isabel Fernandes Danif, Mário Paulo Pereira da Silva e Paulo Alexandre Gomes Sanches Bernardo Monteiro, inspectores do quadro de pessoal da Inspecção-Geral da Administração do Território, foram nomeados, precedendo concurso, inspectores principais do mesmo quadro, ficando posicionados no escalão 1, índice 560, acrescido do suplemento de função inspectiva abonado nos termos do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril, considerando-se exonerados dos lugares que vêm ocupando com efeitos reportados à data da aceitação do novo lugar.

Estas nomeações têm cabimento orçamental confirmado por parte da 1.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento (confirmação de declaração de 5 de Abril de 2007).

29 de Maio de 2007. — O Inspector-Geral, *Raul Melo Santos*.

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.****Despacho n.º 13 193/2007**

O Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro, criou a figura do controlador financeiro de área ministerial, referindo no seu artigo 9.º, n.º 2, que este é nomeado por despacho conjunto do Primeiro-Ministro, do Ministro das Finanças e do ministro ou ministros da área ministerial em que actuar, de entre profissionais altamente qualificados no domínio da gestão, designadamente financeira e com conhecimento e particular sensibilidade para o sector ou sectores de actuação.

Pelo despacho conjunto n.º 299/2006, publicado no *Diário da República* 2.ª série, de 31 de Março de 2006, foi nomeada para exercer funções de controlador financeiro do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, pelo prazo de um ano, a mestre Mariana Abrantes de Sousa, prazo que terminou em 15 de Março do corrente.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro, é renovada a nomeação da mestre Mariana Abrantes de Sousa para exercer funções de controlador financeiro do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

A presente renovação produz efeitos pelo prazo de um ano a partir de 15 de Março de 2007, sem prejuízo da possibilidade de uma nova renovação nos termos legais.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Curriculum vitae

Mariana Abrantes de Sousa, economista e consultora financeira, sócia fundadora do IACE — Instituto de Análise e Conjuntura Económica, L.ª, Avenida de Carolina Michaëlis, 16, 7, P-2795-048 Linda-a-Velha, Portugal; telefone/fax: 351 214144264; telemóvel: 917286396; Abrantes-Sousa@netcab.pt; nascida em Coimbra, 1952, viúva.

Idiomas — português, inglês, espanhol, francês.

Formação:

MPA, Master in Public Affairs, Woodrow Wilson School, Princeton University, New Jersey, 1975;

BA, Bachelor in Economics, University of California, Berkeley, 1973;

Cursos de formação pedagógica de formadores, estratégias de *e-commerce*, produtos e estratégias de tesouraria, de *corporate finance*, de gestão financeira de empresas e de teoria e opções de parcerias público-privadas.

Membro da Ordem dos Economistas, Portugal.

Membro do Instituto Português de Corporate Governance.

Membro da Soroptimist International e PALCUS Portuguese American Leadership Council.

Membro do Alumni Clubs e Business Clubs, Casa das Beiras.